



REIS DE PORTUGAL

Aplicações informáticas B

34898- Bárbara Moreira
34284- Catarina Oliveira
30032- Margarida Costa

2023/2024

Índice:

Introdução:	VII
Dinastia Afonsina:	XII
D. Afonso Henriques	XII
D. Sancho I	XIII
D. Afonso II	XIV
D. Sancho II	XV
D. Afonso III	XVI
D. Dinis I	XVII
D. Afonso IV	XVIII
D. Pedro I	XIX
D. Fernando I	XX
Dinastia de Avis:	XXI
D. João I	XXI
D. Duarte I	XXII
D. Afonso V	XXIII
D. João II	XXIV
D. Manuel I	XXV
D. João III	XXVI
D. Sebastião I	XXVII
D. Henrique I	XXVIII
D. António I	XXIX
Dinastia Filipina:	XXX
D. Filipe I	XXX
D. Filipe II	XXXI

D. Filipe III.....	XXXII
Dinastia de Bragança:.....	XXXIII
D. João IV.....	XXXIII
D. Afonso VI.....	XXXIV
D. Pedro II.....	XXXV
D. João V.....	XXXVI
D. José I.....	XXXVII
D. Maria I.....	XXXVIII
D. João VI.....	XXXIX
D. Pedro I.....	XL
D. Miguel I.....	XLI
D. Maria II.....	XLII
D. Pedro V.....	XLIII
D. Luís I.....	XLIV
D. Carlos I.....	XLV
D. Manuel II.....	XLVI
Webgrafia:.....	XLVII

Índice de Tabelas:

Tabela 1 Dinastia Afonsina- 1º	VII
Tabela 2 Dinastia de Avis- 2º	VIII
Tabela 3 Dinastia Filipina- 3º	IX
Tabela 4 Dinastia de Bragança- 4º	X
Tabela 5 Dinastia de Bragança- continuação	XI

Índice de Figuras

Figura 1 D. Afonso Henriques	XII
Figura 2 D. Sancho I	XIII
Figura 3 D. Afonso II	XIV
<i>Figura 4 D. Sancho II</i>	XV
Figura 5 D. Afonso III	XVI
Figura 6 D. Dinis I.....	XVII
Figura 7 D. Afonso IV	XVIII
Figura 8 D. Pedro I	XIX
Figura 9 D. Fernando I	XX
Figura 10 D. João I	XXI
Figura 11 D. Duarte I	XXII
Figura 12 D. Afonso V	XXIII
Figura 13 D. João II	XXIV
Figura 14 D. Manuel I	XXV
Figura 15 D. João III	XXVI
Figura 16 D. Sebastião I	XXVII
Figura 17 D. Henrique I.....	XXVIII
Figura 18 D. António I.....	XXIX
Figura 19 D. Filipe I.....	XXX
Figura 20 D. Filipe II.....	XXXI
Figura 21 D. Filipe III.....	XXXII
Figura 22 D. João IV.....	XXXIII
Figura 23 D. Afonso VI.....	XXXIV
Figura 24 D. Pedro II.....	XXXV
Figura 25 D. João V.....	XXXVI
Figura 26 D. José I.....	XXXVII
Figura 27 D. Maria I.....	XXXVIII
Figura 28 D. João VI.....	XXXIX

Figura 29 D. Pedro I	XL
Figura 30 D. Miguel I.....	XLI
Figura 31 D. Maria II	XLII
Figura 32 D. Pedro V	XLIII
Figura 33 D.Luís I	XLIV
Figura 34 D.Carlos I.....	XLV
Figura 35 D. Manuel II	XLVI

Introdução:



Tabela 1 Dinastia Afonsina- 1ª

HIST. - Reis de Portugal

1ª Dinastia (Afonsina)

Imagem	Nome	Cognome	Nascimento / Morte	Factos do reinado
	D. Afonso Henriques	O Conquistador / O Fundador	1108 - 1185	Foi o primeiro rei de Portugal e conquistou território até Lisboa e Alentejo. Reinou entre 1143 e 1185.
	D. Sancho I	O Povoador	1154 - 1211	Conquistou Silves e passou a chamar-se «Rei de Portugal e dos Algarves». Reinou entre 1185 e 1211.
	D. Afonso II	O Gordo	1185 - 1223	Convoca as primeiras cortes portuguesas, em Coimbra (1211). Reinou entre 1211 e 1223.
	D. Sancho II	O Capelo	1209 - 1248	Não teve descendência, pelo que o reino passou para o irmão. Reinou entre 1223 e 1248.
	D. Afonso III	O Bolonhês	1210 - 1279	Manda efectuar Inquirições Gerais (1258) - reduz abusos do clero e nobreza. Reinou entre 1248 e 1279.
	D. Dinis	O Lavrador	1261 - 1325	Incentivou o comércio, a cultura, a agricultura e mandou plantar o pinhal de Leiria. Reinou entre 1279 e 1325.
	D. Afonso IV	O Bravo	1290 - 1357	Tomou medidas muito polémicas e chamou toda a justiça do reino para as suas mãos. Reinou entre 1325 e 1357.

Tabela 2 Dinastia de Avis- 2º

	D. Pedro I	O Justiceiro / O Cruel (Cru)	1320 - 1367	Vingou a morte de D. Inês de Castro . Reinou entre 1357 e 1367 com uma enorme prosperidade económica.
	D. Fernando	O Formoso	1345 - 1383	Gerou conflitos com Castela que levaram à crise de 1383/1385 . Reinou entre 1367 e 1383.

2ª Dinastia (de Avis)










Imagem	Nome	Cognome	Nascimento / Morte	Factos do reinado
	D. João I	O de Boa Memória	1357 - 1433	Aos seus filhos é chamada a «Íncrita Geração» por todos serem muito cultos. Reinou entre 1385 e 1433.
	D. Duarte	O Eloquente	1391 - 1438	Escreveu vários livros. Irmão do Infante D. Henrique, é consigo que se inicia o Período das Descobertas. Reinou entre 1433 e 1438.
	D. Afonso V	O Africano	1432 - 1481	Fez várias expedições em África, iniciando a exploração da Costa Ocidental Africana. Reinou entre 1438 e 1481.
	D. João II	O Príncipe Perfeito	1455 - 1495	Assina o Tratado de Tordesilhas que divide o Mundo em dois (1494). Não deixa descendência. Reinou entre 1481 e 1495.
	D. Manuel	O Venturoso	1469 - 1521	Primo de D. João II. É durante o seu reinado que se atinge o auge dos Desbrimentos. Reinou entre 1495 e 1521.

Tabela 3 Dinastia Filipina- 3ª

	D. João III	O Piedoso	1502 - 1557	Herda do pai um imenso império espalhado pelos quatro cantos do mundo. Todos os seus filhos morreram. Reinou entre 1521 e 1557.
	D. Sebastião	O Desejado	1554 - 1578	Neto de D. João III (desejava-se o seu nascimento). Desapareceu na Batalha de Alcácer-Quibir. Reinou entre 1557 e 1578.
	D. Henrique	O Casto	1512 - 1580	Filho de D. Manuel. Tio-avô de D. Sebastião. Sendo Cardeal e já muito velho, não deixou descendência. Reinou entre 1578 e 1580.
	D. António	O Prior do Crato	1521 - 1595	Neto de D. Manuel. Reinou apenas um mês em 1580. Portugal é invadido por D. Filipe II de Espanha.

3ª Dinastia (Filipina)




Imagem	Nome	Cognome	Nascimento / Morte	Factos do reinado
	Filipe I	O Prudente	1527 - 1598	Compromete-se a manter Portugal independente. Os territórios ultramarinos são deixados ao abandono. Reinou entre 1580 e 1598.
	Filipe II	O Pio	1578 - 1621	É durante o seu reinado que se estabelece o mito de que D. Sebastião voltaria um dia para reinar em Portugal. Reinou entre 1598 e 1621.
	Filipe III	O Grande	1605 - 1665	Toma várias medidas que causam a Restauração da Independência . Reinou entre 1621 e 1640.

Tabela 4 Dinastia de Bragança- 4º

1ª Dinastia (de Bragança)















Imagem	Nome	Cognome	Nascimento / Morte	Factos do reinado
	D. João IV	O Restaurador	1604 - 1656	Trineto de D. Manuel I. Voltou a defender os interesses ultramarinos. Reinou entre 1640 e 1656.
	D. Afonso VI	O Vitorioso	1643 - 1683	Travaram-se várias lutas contra Espanha para consolidar a independência portuguesa. Reinou entre 1656 e 1683.
	D. Pedro II	O Pacífico	1648 - 1706	Assina um tratado de paz com Espanha pondo fim à Guerra da Restauração. Assina o Tratado de Methwen com Inglaterra. Reinou entre 1683 e 1706.
	D. João V	O Magnânimo	1689 - 1750	São descobertas minas de ouro e pedras preciosas no Brasil. Manda construir o Aqueduto das Águas Livres e o Convento de Mafra. Reinou entre 1706 e 1750.
	D. José	O Reformador	1714 - 1777	Indicou como 1º Ministro o Marquês de Pombal , iniciando uma política de Absolutismo. É abolida a escravatura. Só teve filhas. Reinou entre 1750 e 1777.
	D. Maria I	A Piedosa (Pia) / A Viradeira	1734 - 1816	1ª rainha governante. Demite o Marquês de Pombal. Enlouquece em 1791 depois da morte do marido (D. Pedro III) e do filho mais velho. Reinou entre 1777 e 1816.
	D. João VI	O Clemente	1767 - 1826	Espanha conquista Olivença. Tropas de Napoleão invadem Portugal, a corte foge para o Brasil e em 1825 reconhece a sua independência . Reinou entre 1816 e 1826.

Tabela 5 Dinastia de Bragança- continuação

	D. Pedro IV	O Rei Soldado	1798 - 1834	Proclama a Independência do Brasil (1822), tornando-se seu Imperador. Nomeia o irmão D. Miguel como regente. Reinou entre 1826 e 1828.
	D. Miguel	O Absoluto	1802 - 1866	Filho de D. João VI e irmão de D. Pedro IV, consegue ser rei. Defende o regime absolutista. Reinou entre 1828 e 1834.
	D. Maria II	A Educadora	1819 - 1853	Teve 11 filhos. A instrução primária torna-se obrigatória e gratuita. O seu marido foi D. Fernando II. Reinou entre 1834 e 1853.
	D. Pedro V	O Esperançoso	1837 - 1861	Inaugurou o 1º caminho-de-ferro, entre Lisboa e o Carregado. Introduziu o sistema métrico em Portugal. Não deixa descendência. Reinou entre 1853 e 1861.
	D. Luís	O Popular	1838 - 1889	Irmão de D. Pedro V. Participa na delimitação do Mapa Cor-de-Rosa em África. Nascem vários partidos políticos diferentes. Reinou entre 1861 e 1889.
	D. Carlos	O Diplomata	1863 - 1908	Durante o seu reinado o Partido Republicano ganha muita força. É assassinado ao mesmo tempo que o filho mais velho. Reinou entre 1889 e 1908.
	D. Manuel II	O Patriota	1889 - 1932	Tenta manter a estabilidade com o Partido Republicano, mas não consegue. Dá-se a Implantação da República . Reinou entre 1908 e 1910.

Dinastia Afonsina:

D. Afonso Henriques

“O Conquistador”



Figura 1 D. Afonso Henriques

Afonso I, também chamado de D. Afonso Henriques e apelidado de "o Conquistador" foi o primeiro Rei de Portugal de 1139 a 1185 data da sua morte. Era filho de Henrique, Conde de Portucale e sua esposa Teresa de Leão, que serviu como sua regente desde 1112 até 1126.

Dom Afonso Henriques, nasce em Coimbra e morre em 1185 na Galiza, tendo sido criado por Soeiro Mendes de Sousa e sua mulher no Condado Portucalense onde obteve uma educação nobre no aspeto político. É em 1120 e conjunto com Dom Paio, Arcebispo de Braga que D. Afonso Henriques assume uma posição política contrária à de sua mãe.

No ano de 1122 torna-se cavaleiro na Catedral de Zamora, regressando assim ao Condado Portucalense em 1128 onde se defronta e vence as hostes de Fernão Peres de Trava na Batalha de São Mamede acabando por assumir o governo do condado Portucalense, com o objetivo de conquistar a sua independência. D. Afonso Henriques define uma política baseada na defesa do condado contra Leão e Castela a norte e Leste e contra os Mouros a sul.

D. Sancho I

“O Povoador”



Figura 2 D. Sancho I

Sancho I (1154-1211) foi o segundo rei de Portugal. Seu reinado se estendeu por 26 anos, de 1185 a 1211. Recebeu o cognome de “O Povoador”, pois recrutou imigrantes, principalmente de Flandres e da Borgonha, para as povoações mais remotas, com destaque para a cidade de Guarda, fundada em 1199.

Sancho nasceu em Coimbra, Portugal, no dia 11 de novembro de 1154. Foi o quinto filho de D. Afonso Henriques (Afonso I de Portugal) e de Tereza de Leão. Por ter nascido no dia de santo Martinho de Tours, foi batizado com o nome de Martinho.

Sancho I (1154-1211) foi o segundo rei de Portugal. Seu reinado se estendeu por 26 anos, de 1185 a 1211. Recebeu o cognome de “O Povoador”, pois recrutou imigrantes, principalmente de Flandres e da Borgonha, para as povoações mais remotas, com destaque para a cidade de Guarda, fundada em 1199.

Sancho nasceu em Coimbra, Portugal, no dia 11 de novembro de 1154. Foi o quinto filho de D. Afonso Henriques (Afonso I de Portugal) e de Tereza de Leão. Por ter nascido no dia de santo Martinho de Tours, foi batizado com o nome de Martinho.

Para fixar povoações e garantir a ocupação efetiva das regiões de Trás-os-Montes, das Beiras e da Estremadura, o rei prosseguiu na outorga de cartas de foral que reconheciam a autonomia das comunidades ao mesmo tempo que as ligavam à Coroa. Entre esses povoamentos estão: Covilhã, Bragança, Belmonte e Guarda.

D. Afonso II

“O Gordo”



Figura 3 D. Afonso II

Afonso II de Portugal (1185-1223) foi o terceiro rei de Portugal. Seu reinado se estendeu por 12 anos, de 1211 até 1223. Deixou um país ainda sem fronteiras definidas, mas com marcas importantes na administração.

Afonso II assumiu o trono português com vinte e seis anos. Era um jovem debilitado fisicamente, com uma variante da lepra, porém essa dificuldade não o impediu de governar de forma inovadora para a época, centralizando em si os destinos do reino.

Afonso II nasceu em Coimbra, Portugal, no dia 23 de abril de 1185. Foi o quarto filho de D. Sancho I, segundo rei de Portugal e de D. Dulce de Aragão. Teve três irmãs nascidas antes dele.

Afonso II assumiu o trono português no dia 26 de março de 1211, com vinte e seis anos, após a morte de seu pai Sancho I.

Poucos meses depois de ter chegado ao trono, Afonso II convocou uma reunião extraordinária da cúria régia, realizada na cidade de Coimbra, quando surgiram as primeiras leis do reino, que anunciavam o claro propósito de afirmação do poder do soberano.

O conjunto legislativo da política régia de afirmação e de concentração de poder foi elaborada por letrados com formação jurídica, ativos funcionários da Coroa. O Direito Romano, sobretudo o de tradição visigótica, fornecia a doutrina e os argumentos para a consolidação do poder da realeza.

D. Sancho II

“O Capelo”



Figura 4 D. Sancho II

Sancho II de Portugal (1209-1248) foi o quarto rei de Portugal, da Dinastia de Borgonha, a primeira dinastia de Portugal. Seu reinado se estendeu por 25 anos, de 1223 a 1248. Recebeu o cognome de “o Capelo”, por ter usado o hábito de frade franciscano enquanto criança. Era também conhecido como o Piedoso.

Sancho II herdou o trono com profundas tensões com a nobreza e o clero, que pretendiam recuperar as mordomias perdidas no reinado de seu pai Afonso II, e com suas tias, que queriam conquistar os privilégios que haviam recebidos por herança de seu pai Sancho I.

Sancho II nasceu no Paço Real de Alcáçova, em Coimbra, no dia 8 de setembro de 1209. Era o filho mais velho do rei Afonso II e de sua esposa Urraca de Castela, filha do rei Afonso VIII de Castela e de Leonor da Inglaterra. Era descendente de Afonso VI de Leão, portanto era prima de 5.º grau de Afonso II de Portugal.

Sancho ficou órfão de mãe em 3 de novembro de 1220. Com a morte de seu pai em 25 de março de 1223, herdou o trono de Portugal com apenas 13 anos de idade sem ter qualquer preparação para governar.

Em testamento deixado por Afonso II, o governo do reino deveria ser entregue a um conjunto de ricos homens, entre eles o chanceler Gonçalo Mendes, o mestre Vicente e o mordomo-mor Pedro Anes da Nóvoa, até o herdeiro atingir a maioridade, pois a época estabelecida era a partir de 14 anos de idade.

D. Afonso III

“O Bolonhês”



Figura 5 D. Afonso III

Quinto rei de Portugal (1245-1279), "o Bolonhês" nasceu provavelmente em Coimbra, a 5 de maio de 1210. Segundo filho de D. Afonso II e de D. Urraca, partiu em 1227 para França, onde frequentou a corte de Luís IX, tendo disso muito beneficiado. Casou em 1238 com D. Matilde, condessa de Bolonha, viúva de Filipe-o-Crespo.

Chegou a Lisboa em finais de 1245 ou princípios de 1246. Com os títulos de *visitador*, *curador* e *defensor* do reino, foi aclamado rei após ter vencido pela força das armas o seu irmão D. Sancho II.

O facto de maior destaque do seu reinado foi a conquista definitiva do Algarve. Em março de 1249 foi conquistada a cidade de Faro. Os freires de Sant'Iago e Calatrava tiveram aí um papel determinante, tendo-lhes sido confiada a empresa de concluírem a conquista. A conquista do Algarve levou, contudo, a graves discórdias com Castela. As pazes foram inicialmente alcançadas com o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha ilegítima de Afonso X (após o papa ter anulado o casamento com D. Matilde por esta ser estéril), mas o problema só foi definitivamente resolvido pelo Tratado de Badajoz, de 16 de fevereiro de 1267. Por este tratado ficou definido que seria o Guadiana, desde a confluência do Caia até à foz, a fronteira luso-castelhana.

D. Afonso III foi também um bom administrador, fundou povoações, restaurou, repovoou e mandou cultivar inúmeros lugares arruinados, e concedeu numerosos forais. Estabeleceu Lisboa como capital do reino. Reuniu Cortes em Leiria, em 1254, as primeiras em que participaram representantes dos concelhos.

D. Dinis I

“O Lavrador”



Figura 6 D. Dinis I

Dom Dinis I (1261-1325) foi o sexto rei de Portugal. Reinou 46 anos - entre 1279 e 1325. Poeta e protetor dos trovadores, ficou conhecido como o Rei Trovador. Também incentivou a agricultura o que lhe valeu outro cognome, o de Rei Lavrador.

Dom Dinis nasceu em Lisboa, Portugal, no dia 9 de outubro de 1261. Era filho de D. Afonso III, da dinastia de Borgonha, e de sua segunda mulher, D. Beatriz de Castela e Gusmão. Era neto do rei Afonso X de Leão e

Castela.

Dom Dinis recebeu uma verdadeira educação de príncipe, mas a ascensão ao trono não foi pacífica. Com a morte do rei D. Afonso III, em 1279, o infante D. Afonso, seu irmão, reclamava o direito à coroa.

O infante alegava ser ele o legítimo herdeiro, pois seu irmão Dom Dinis tinha nascido antes de o papa ter reconhecido o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, o que fazia o primogênito um ilegítimo. Porém, Dom Dinis foi aclamado rei de Portugal como Dom Dinis I, em Lisboa, em 1279.

D. Afonso era senhorio de várias vilas, entre as quais Vide, na Região do Alentejo, então, mandou murá-la, manifestando, de forma simbólica, o seu poder sobre aquelas terras.

Dom Dinis aproveitou o desafio para mostrar ao irmão que as suas ambições não vingariam e, acompanhado por homens de seu mando, submeteu o irmão à obediência régia.

Dom Dinis I buscou pacificar as relações com o papa, que no reino de seu pai havia recebido dos clérigos um rol de quarenta e três queixas, entre elas, a do costume e a de maus tratos aos homens de Deus.

D. Afonso IV

“O Bravo”



Figura 7 D. Afonso IV

Cognominado "o Bravo", foi o sétimo rei de Portugal, reinando de 1325 a 1357. Filho de D. Dinis e de D. Isabel de Aragão, nasceu em Lisboa a 8 de fevereiro de 1291, casou em 1309 com D. Beatriz, filha de Sancho IV de Castela e da rainha D. Maria, e faleceu, também em Lisboa, a 28 de maio de 1357.

Por não suportar a predileção de D. Dinis por D. Afonso Sanches (filho bastardo de D. Dinis, mas mais velho que o herdeiro da Coroa) e temendo que este lhe roubasse o trono, revoltou-se, ainda infante, contra seu pai, tendo lançado por diversas vezes o reino na guerra civil. Subiu ao trono em 1325, por morte de D. Dinis, e logo convocou Cortes para Évora, onde manteve a decisão de desterro e perda de todos os haveres para o meio-irmão. D. Afonso Sanches invadiu Portugal e só pela mediação de D. Isabel foi conseguida a paz entre os dois irmãos.

D. Afonso IV declarou guerra a D. Afonso XI de Castela, seu genro, devido aos maus tratos que este infligia a D. Maria sua esposa e ainda porque este reteve em Castela D. Constança, esposa do sucessor ao trono de Portugal. A ameaça muçulmana levou os dois monarcas a assinarem a paz, tendo os exércitos cristãos derrotado os Mouros na célebre batalha do Salado, em 30 de outubro de 1340.

D. Afonso IV empenhou-se também em impulsionar a marinha, tendo sido no seu reinado realizadas as primeiras viagens às Canárias.

D. Pedro I

“O Justiceiro”



Figura 8 D. Pedro I

Cognominado "o Justiceiro", foi o oitavo rei de Portugal. Quarto filho de D. Afonso IV e de D. Beatriz de Castela, nasceu em Coimbra, a 8 de abril de 1320, e morreu em Estremoz a 18 de janeiro de 1367.

Casou por procuração, em 1336, com D. Constança Manuel, filha do fidalgo castelhano D. João Manuel e de D. Constança de Aragão. Contudo, a bênção nupcial apenas lhes foi dada em 1340, na Sé de Lisboa, depois de D. Afonso XI de Castela ter deixado D. Constança sair do reino. Com ela veio também para Portugal D. Inês de Castro, cuja ligação amorosa com o infante viria a provocar forte conflito entre ele e D. Afonso IV.

Após o assassinio de D. Inês de Castro, D. Pedro revoltou-se contra o seu pai, assolou diversas terras a norte do Douro e chegou mesmo a tentar tomar o Porto. O acordo de paz entre D. Pedro e seu pai foi firmado em Canaveses em agosto de 1355, tendo desde logo D. Afonso IV delegado em D. Pedro grande parte do poder.

Ficou o infante desde esta altura incumbido de, com certas reservas, exercer justiça em todo o reino. Esta transferência de poderes explica o facto de, ainda infante, ter D. Pedro promulgado o beneplácito régio. Este importante decreto proibia a divulgação no reino de quaisquer documentos pontifícios sem prévia autorização do rei. Esta medida provocou a reação do clero, que, nas cortes de Elvas de 1361, solicitou a revogação do decreto. No entanto, D. Pedro estabeleceu oficialmente o beneplácito régio, não para agravar as relações com a Igreja mas para marcar a força do Estado.

Subiu ao trono em 28 de maio de 1357, com 37 anos de idade.

D. Fernando I

“O Formoso”



Figura 9 D. Fernando I

Monarca português, também designado por D. Fernando I e cognominado "o Formoso", foi o nono rei de Portugal e o último da primeira dinastia, tendo reinado de 1367 a 1383. Filho de D. Pedro I e da rainha D. Constança, nasceu em Coimbra, a 31 de outubro de 1345, e faleceu a 22 de outubro de 1383. Casou entre 15 e 18 de maio de 1372 com D. Leonor Teles (a Aleivosa), que fora mulher de João Lourenço da Cunha.

Subiu ao trono em 1367, com 22 anos. Nesta altura, a monarquia castelhana estava envolvida em lutas fratricidas, sendo a coroa disputada a D. Pedro, único filho legítimo de D. Afonso XI, por seu meio-irmão D. Henrique de Trastâmara. D. Fernando manteve inicialmente uma atitude de neutralidade. Contudo, o assassinio de D. Pedro modificou radicalmente a posição portuguesa em relação aos sucessores de Castela. Desta forma, visto ser bisneto de Sancho IV, D. Fernando chegou a ser reconhecido em algumas localidades como rei de Castela. Interveio assim D. Fernando nesse episódio peninsular da grande crise europeia que foi a Guerra dos Cem Anos. A paz com Castela foi assinada em 31 de março de 1371, em Alcoutim, ficando por este acordo D. Fernando, ainda solteiro, comprometido a casar com uma das filhas de Henrique II, a infanta D. Leonor. No entanto, D. Fernando infringiu este acordo ao casar com D. Leonor Teles. Henrique II veio a consentir na reforma do tratado de Alcoutim, anulando-se a cláusula do casamento e celebrando-se novo tratado em Tui em 1372.

Surgiu nesta altura o duque de Lencastre, um dos filhos do monarca inglês, com pretensões ao trono de Castela, para as quais procurou o apoio de D. Fernando.

Dinastia de Avis:

D. João I

“O de Boa Memória”



Figura 10 D. João I

Monarca português, filho bastardo de D. Pedro I e de Teresa Lourenço, dama galega, nasceu em 1357, em Lisboa, onde faleceu em 1433. Décimo rei de Portugal (1385-1433), foi o fundador da dinastia de Avis ou Joanina, sendo conhecido pelo cognome "de Boa Memória". Educado por um mestre da Ordem de Cristo, foi nomeado, com apenas seis anos, Mestre da Ordem de Avis por D. Pedro I e armado cavaleiro.

Durante o reinado de D. Fernando, seu meio-irmão, começa a desempenhar papéis de certo relevo, como o da negociação do casamento de D. Beatriz com o rei de Castela. A rainha D. Leonor Teles vê no Mestre de Avis um obstáculo e um adversário na sua influência sobre D. Fernando, sendo D. João considerado o chefe dos que se opõem à ação de Leonor Teles e do Conde Andeiro. Após a morte de D. Fernando, em 1383, entra-se num período de agitação e de crise na sucessão da Coroa, dado não haver herdeiro varão e D. Beatriz estar casada com o rei de Castela. Estava ainda em causa a independência nacional.

Formam-se dois partidos, um a favor e outro contra D. Beatriz como rainha de Portugal, e D. João aceita a chefia do movimento popular que luta contra a hipótese de Portugal vir a ter um rei estrangeiro. Este movimento tem o apoio da burguesia. Assim, participa no assassinio do Conde Andeiro e é proclamado "regedor e defensor do Reino". Prevendo a invasão do país por Castela, que queria impor os direitos de D. Beatriz, começa a preparar a defesa, onde se vai destacar Nuno Álvares Pereira.

D. Duarte I

“O Eloquente”



Figura 11 D. Duarte I

Filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, nasceu em Viseu em 1391 e faleceu em Tomar em 1438, vítima da peste. Décimo primeiro rei de Portugal (1433-1438), é conhecido pelo cognome de "o Eloquente". Casou com D. Leonor de Aragão em 1428.

D. Duarte subiu ao trono em 1433, após a morte do pai, mas já desde 1412 que D. João I o associara ao governo do reino. D. Duarte vai dar continuidade à ação centralizadora de D. João I. Logo em 1434 reúne Cortes em Santarém, onde é promulgada a Lei Mental, assim chamada por já andar na *mente* de D. João, e que é um instrumento de centralização. Determinava que os bens doados pela coroa só podiam ser herdados pelo filho varão primogénito, o que permitiu à Coroa reaver muitas terras.

A nível interno, D. Duarte mandou proceder à compilação de toda a legislação do reino, que só estará concluída no reinado de D. Afonso V, daí ter o nome de *Ordenações Afonsinas*. D. Duarte reuniu Cortes mais três vezes apesar do seu curto reinado: em Évora, em 1435 e em 1436, e em Leiria, em 1438. A expansão marítima prossegue no reinado de D. Duarte, sob a influência do Infante D. Henrique. Neste domínio destaca-se Gil Eanes, que, em 1434, dobra o Cabo Bojador, um ponto lendário da época e que tanto terror causava aos marinheiros. Daí avança-se para Angra dos Ruivos, em 1435, e Afonso Baldaia, em 1436, atinge o Rio do Ouro e Pedra da Galé.

Outro vetor político dominante deste reinado relacionou-se com a conquista do Norte de África. D. Duarte tinha participado na conquista de Ceuta, em 1415, onde foi armado cavaleiro. Já como rei, hesita em prosseguir essa política, mas é pressionado para a continuar, principalmente pelos seus irmãos D. Henrique e D. Fernando.

D. Afonso V

“O Africano”



Figura 12 D. Afonso V

Monarca português, filho de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, nasceu em 1432 em Sintra, onde também faleceu em 1481. Décimo segundo rei de Portugal (1438-1481), é conhecido pelo cognome de "o Africano".

No reinado de D. Afonso V podemos demarcar bem três períodos. O primeiro vai desde a morte de seu pai (1438), D. Duarte, até à Batalha de Alfarrobeira (1449). Quando seu pai morreu, D. Afonso V tinha apenas 6 anos. Por testamento, ficou na regência a rainha D. Leonor, sua mãe, mas, como era estrangeira, tal facto não foi bem aceite pela burguesia e pelo povo, que preferia como regente o Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte. A oposição entre as duas partes gera um período conturbado. D. Leonor é regente até às Cortes de 1439, em que o infante D. Pedro é eleito regente e D. Leonor é obrigada a exilar-se para Castela. Ao mesmo tempo, a educação de D. Afonso fica a cargo de seu tio, que era homem de grande cultura, conhecido como o "Infante das Sete Partidas" pelas inúmeras viagens que fez. D. Afonso terá assim uma esmerada educação humanística.

Quando, em 1446, atinge a maioridade, realizam-se as Cortes de Lisboa e D. Afonso assume o governo do Reino, ainda que auxiliado pelo tio. Mas as intrigas de alguns nobres e elementos do clero vão turvar as relações entre D. Afonso e o tio, pelo que o rei dispensa os serviços deste em 1448. Mais tarde, em 1449, marcha contra o tio, enfrentando-o na Batalha de Alfarrobeira, que o Infante D. Henrique tentou evitar e onde D. Pedro é morto.

D. João II

“O Príncipe Perfeito”



Figura 13 D. João II

Monarca português, filho de D. Afonso V e de D. Isabel, nasceu em Lisboa em 1455 e faleceu, no Alvor, em 1495. Décimo terceiro rei de Portugal (1481-1495), é conhecido pelo cognome de "Príncipe Perfeito". Casou com sua prima, D. Leonor.

Ainda em vida do pai, D. Afonso V, participou, em 1471, na conquista de Arzila, onde foi armado cavaleiro. Em 1475, o pai atribuiu-lhe a regência do Reino, durante a sua ausência aquando da luta pela sucessão ao trono de Castela. Acaba por participar na Batalha de Toro, em auxílio de D. Afonso V. Em 1476, quando D. Afonso V viaja para França em busca de auxílio para a sua causa, fica novamente com a regência e, em 1477, chega a ser aclamado rei em Santarém, face à abdicação de seu pai, que não se chegou a efetivar, devolvendo D. João a governação a D. Afonso V. Mas, na realidade, foi D. João quem continuou a governar de facto no que se refere às descobertas, de que já se ocupava desde 1474, domínio em que lutou contra a ingerência castelhana, defendendo a exclusividade da navegação na costa africana - política do *mare clausum* -, tendo celebrado com Castela, em 1480, o Tratado de Toledo, em que dividia o Atlântico pelo paralelo das Canárias. Em 1481, com a morte de D. Afonso V, é aclamado rei de Portugal.

No plano interno, D. João II vai lutar pela centralização do poder e contra o poderio da nobreza, em especial contra a Casa de Bragança, logo em 1481, nas Cortes de Évora. Daí nasce uma série de intrigas e conspirações que D. João II reprime com violência, como aconteceu com a execução pública do duque de Bragança e com o apunhalamento pelo próprio rei do duque de Viseu, irmão da rainha D. Leonor.

D. Manuel I

“O Venturoso”



Figura 14 D. Manuel I

Monarca português, filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e de D. Brites, nasceu em 1469, em Alcochete e faleceu em 1521, em Lisboa. Décimo quarto rei de Portugal (1495-1521), é conhecido pelo cognome de "o Venturoso". Casou três vezes. Primeiro, em 1497, com D. Isabel, filha dos Reis Católicos e viúva do príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Com a morte de D. Isabel, de parto, casou pela segunda vez, em 1500, com a infanta D. Maria de Castela, irmã de D. Isabel. Deste casamento nasceram vários filhos, entre eles D. João, o futuro rei, e D. Beatriz, duquesa de Saboia. Viúvo novamente, casou, em 1518, com a infanta D. Leonor, irmã de Carlos V. D. Manuel subiu ao trono em 1495, após a morte de D. João II, seu cunhado, de acordo com o testamento do falecido rei. Tal ficou a dever-se à morte do único filho legítimo de D. João, o príncipe D. Afonso, e à não aceitação de legitimação de um filho bastardo de D. João. Foi ainda possível porque tinham morrido os outros irmãos mais velhos de D. Manuel.

No plano interno, D. Manuel I vai continuar a centralização do poder, mas de uma maneira mais sensata que D. João II. Logo nas Cortes de Montemor-o-Novo, no início do seu reinado, foram tomadas medidas que vão nesse sentido, como mandar confirmar as doações feitas, os privilégios e cartas de mercê; reformou os tribunais superiores. Por outro lado, só reuniu Cortes mais três vezes: em 1498, em 1499 e em 1502.

D. João III

“O Piedoso”



Figura 15 D. João III

Filho de D. Manuel I e de D. Maria de Castela, nasceu em 1503 em Lisboa, onde faleceu em 1557. Décimo quinto rei de Portugal (1521-1557), é conhecido pelo cognome de "o Piedoso". Casou, em 1525, com D. Catarina de Áustria, irmã da rainha D. Leonor e de Carlos V.

D. João III teve uma educação esmerada, a cargo de humanistas, físicos e cosmógrafos de nomeada. Em 1517, estava para casar com a princesa D. Leonor de Áustria, mas esta veio a casar com D. Manuel I, que entretanto enviuvara. Quando D. João III sobe ao trono, Portugal estava no apogeu da expansão ultramarina por vários continentes, mas também com problemas de uma grande complexidade. A nível interno, o monarca continuou a política centralizadora e absolutista dos seus antecessores. Convocou Cortes apenas três vezes e em períodos bem espaçados: 1525, em Torres Novas; 1535, em Évora; e 1544, em Almeirim. Procurou reestruturar a vida administrativa e judicial.

No seu reinado começam a sentir-se enormes dificuldades, com crises económicas graves que obrigaram ao recurso a empréstimos estrangeiros. Agrava-se o défice comercial. Surgem fomes e epidemias.

Na política ultramarina, a extensão e dispersão do império eram um obstáculo à administração, que tinha custos enormes. Nos primeiros anos do seu reinado vão prosseguir as explorações no Extremo Oriente, chegando-se à China e ao Japão. Mas os problemas na Índia acentuam-se, com avanços e recuos. Os Turcos acentuam a sua pressão e os ataques ao monopólio comercial português. Os encargos são enormes. Assim, D. João III toma como resolução o abandono das praças de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila, no Norte de África.

D. Sebastião I

“O Desejado”



Figura 16 D. Sebastião I

Monarca português, filho do príncipe D. João e de D. Joana de Áustria, nasceu em 1554, em Lisboa, e morreu em 1578, em Alcácer Quibir. Décimo sexto rei de Portugal (1557-1578), é conhecido pelo cognome de "o Desejado".

D. Sebastião herdou o trono de seu avô, D. João III, porque, apesar de este ter tido vários filhos, todos eles acabaram por falecer precocemente. Como era menor, ficou como regente sua avó D. Catarina, apesar de D. João III não ter deixado testamento mas apenas uns apontamentos em que a indicava como regente. Sua mãe, D. Joana, de acordo com o contrato nupcial, teve de regressar a Castela após a morte do príncipe D. João.

A regente D. Catarina, por influência do cardeal D. Henrique, começou por pedir ao Papa a fundação da Universidade de Évora, que entregou aos Jesuítas. Continuou a política de D. João III quanto ao Norte de África, querendo abandonar Mazagão, que, entretanto, teve de defender dos ataques mouros. Acusada de sofrer influências da Corte espanhola, pede a demissão de regente nas Cortes de Lisboa de 1562, continuando, no entanto, como tutora de D. Sebastião. Foi eleito como regente, nessa altura, o cardeal D. Henrique, tio de D. Sebastião. Nestas Cortes o povo manifestou a sua apreensão quanto à educação do rei, sobre a questão da sucessão e sobre a inalienabilidade de todo o território nacional, aspetos que D. Henrique vai ter em conta durante a sua regência, até D. Sebastião completar catorze anos.

D. Sebastião teve uma educação cuidada, mas era de um temperamento e humor variáveis, sujeito a períodos de depressão, e de carácter um pouco influenciável por aqueles que o cercavam. As lutas que entretanto houve no Norte de África, como na defesa de Mazagão, levavam-no a pensar em futuras ações em África.

D. Henrique I

“O Casto”



Figura 17 D. Henrique I

Henrique I (Lisboa, 31 de janeiro de 1512 – Almeirim, 31 de janeiro de 1580), apelidado de "o Casto" e "o Cardeal-Rei", foi o Rei de Portugal e Algarves de 1578 até sua morte, além de cardeal da Igreja católica desde 1545. Era o quinto filho do rei Manuel I e sua segunda esposa Maria de Aragão e Castela, tendo servido entre 1562 e 1568 como regente de seu sobrinho neto o rei Sebastião.

D. Henrique nasceu a 31 de Janeiro de 1512, quinto filho varão de D. Manuel I (com quem se parecia nas feições) e sua segunda mulher D. Maria de Aragão e Castela. Era, portanto, irmão mais novo daquele que viria a ser o rei D. João III.

No dia em que nasceu, apesar de tal não acontecer habitualmente, caiu em Lisboa muita neve, facto que serviu aos "*investigadores dos futuros*" para traçarem horóscopos preconizando um temperamento virtuoso e candura de espírito. Foi baptizado pelo Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida.

Estudou, com esmero, Latim, Grego, Hebraico, Matemática, Filosofia e Teologia, e cavalgava bem.

Quando João III de Portugal morreu, muitos discordavam da atribuição do poder da regência a Catarina de Áustria, irmã de Carlos I de Espanha. Henrique sucedeu assim à sua cunhada em 1562, servindo como regente para Sebastião I, seu sobrinho de segundo grau, até este assumir o trono (1568).

Após a desastrosa Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, depois de receber a confirmação da morte do rei, no Mosteiro de Alcobaça, acabou por suceder ao sobrinho-neto. Henrique renunciou então ao seu posto clerical e procurou imediatamente uma noiva por forma a poder dar continuidade à dinastia de Avis, mas o papa Gregório XIII, que era um familiar dos Habsburgos que eram pretendentes ao trono de Portugal, não o libertou dos seus votos.

D. António I

“O Determinado”



Figura 18 D. António I

Nasceu em Lisboa, em 1531, sendo filho natural do infante D. Luís e neto do rei D. Manuel I. Estudou em Coimbra, onde se licenciou em Artes em 1551, e estudou também Teologia em Évora, com os Jesuítas. Recebeu as ordens de diácono, professou na Ordem de Malta e foi-lhe atribuído o priorado do Crato. Recusou as ordens de presbítero, passando a levar uma vida muito mundana, o que lhe criou a antipatia do cardeal Infante D. Henrique e da rainha D. Catarina, vindo a ser suspenso do priorado do Crato, em 1565, pelo papa Pio IV. Em 1568 foi nomeado governador de Tânger, e participou na Batalha de Alcácer Quibir em 1578, onde foi feito prisioneiro, mas sendo dos primeiros a ser resgatado.

Com a morte de D. Sebastião, que não deixou descendentes, sucedeu-lhe o cardeal D. Henrique, mas mantinha-se o problema da sucessão. Surgiram vários candidatos ao trono, entre eles D. António, que chegou a ser eleito rei pelo povo, em Santarém, em 19 de junho de 1580. Como grande adversário surgia Filipe II de Espanha.

D. António esperava o apoio da Inglaterra e da França, grandes opositores dos espanhóis, mas tal não aconteceu e o seu fraco exército viu-se derrotado pelo duque de Alba na Batalha de Alcântara. D. António teve de fugir e refugiou-se em Calais. Decidido a continuar a luta, foi para os Açores, onde voltou a ser derrotado, tendo-se então refugiado definitivamente em França, onde veio a falecer em 1595.

Dinastia Filipina:

D. Filipe I

“O Prudente”



Figura 19 D. Filipe I

Décimo oitavo rei de Portugal, nasceu a 21 de maio de 1527, em Valladolid, e faleceu a 13 de setembro de 1598, no Escorial. Rei de Portugal desde 1581 até 1598, era rei de Espanha desde 1556. Filho do imperador Carlos V e de D. Isabel de Portugal, casou em 1543 com D. Maria, filha de D. João III, que, contudo, viria a falecer dois anos mais tarde, ao dar à luz o príncipe D. Carlos. Casou em segundas núpcias com Maria Tudor, rainha de Inglaterra (1554), em terceiras núpcias com Isabel de Valois, e, pela quarta

vez, com D. Ana Maria de Áustria, que lhe viria a garantir a sucessão com o nascimento de Filipe III.

Depois da morte de D. Sebastião, na batalha de Alcácer Quibir, subiu ao trono o Cardeal D. Henrique que, desde logo, solicitou aos pretendentes ao trono de Portugal que apresentassem por escrito os seus direitos. Eram pretendentes D. Catarina de Bragança, D. António, Prior do Crato, e Filipe II de Espanha. D. Catarina seria a predileta de D. Henrique e D. António Prior do Crato o predileto do povo. Apesar de tudo isto, Filipe II conseguiu os apoios da nobreza e do clero nas Cortes de Almeirim. O povo, no entanto, ansiava por um monarca português, mas após a morte de D. Henrique (31-01-1580) apenas D. António se opôs a Filipe II, proclamando-se rei.

Porém, as suas tropas foram derrotadas por um exército enviado por este último.

D. Filipe II

“O Pio”



Figura 20 D. Filipe II

Filipe II (Madrid, 14 de abril de 1578 – Madrid, 31 de março de 1621), também chamado de Filipe, o Piedoso, foi o Rei da Espanha e Portugal como Filipe II de 1598 até sua morte. Era filho do rei Filipe I de Portugal e sua quarta esposa Ana da Áustria.

Educado pelo pai para governar um império extenso, jamais demonstrou aptidão. Desfazendo-se dos antigos conselheiros do pai, cercou-se de jovens ministros, deslocando antigos funcionários como foi o caso de Cristóvão de Moura, nomeado Vice-Rei de Portugal. Pôs em curso um processo de centralização política da União Ibérica, empossando em 1601 e em 1602 magistrados e ministros espanhóis para Portugal, decisão que contrariava o arranjo de seu pai Filipe II em Tomar.

Caráter fraco, apático e irresoluto, o seu ministro Lerma. D. Francisco Gómez de Sandoval, Marquês de Denia e depois Duque de Lerma, foi seu favorito, e o favorito de Lerma.

Dom Cristóvão de Moura, elevado a Marquês de Castelo Rodrigo, foi nomeado vice-Rei de Portugal, o que indignou os portugueses, apesar da sua administração ser das mais hábeis. Lerma procurava um pouco favorecer Portugal e cimentar a união com medidas de importância. Tratou do desenvolvimento da Marinha, aboliu os portos secos, as alfândegas, abriu os portos de Portugal ao comércio inglês, e por algum tempo também os teve abertos ao comércio holandês, o que pouco durou, prejudicando Portugal.

Em 1609, sem poder lutar por mais tempo com os Estados da Holanda, assinou trégua de 12 anos, mas o Marquês de Castelo Rodrigo, que assinou a trégua na Europa, deixou que continuassem as hostilidades nas colónias.

D. Filipe III

“O Grande”



Figura 21 D. Filipe III

Vigésimo rei de Portugal, nasceu a 8 de abril de 1605, em Valladolid, e faleceu a 17 de setembro de 1665, em Madrid. Filho de Filipe III e de D. Margarida de Áustria subiu ao trono a 31-03-1621. Do segundo casamento de Filipe IV com D. Maria Ana de Áustria nasceu, entre outros, o príncipe Carlos, que haveria de herdar o trono com o título de Carlos II de Espanha. Entregou, logo após a sua subida ao trono, o governo ao duque de Olivares. Este manteve-se no poder ao longo de 25 anos, governando muitas vezes à revelia do próprio rei. Na segunda metade do seu reinado, Filipe IV esteve muito mais empenhado no exercício pessoal do poder.

Durante o tempo de reinado de Filipe IV a política europeia foi marcada pela influência dos cardeais Mazarino e Richelieu, que procuraram quebrar a hegemonia de Espanha na Europa. Foi também neste período que se reacendeu a guerra da Espanha com as Províncias Unidas. Apesar de todas as medidas de Filipe IV, o poderio da Holanda tornava-se cada vez maior, como o demonstra a criação da Companhia das Índias Ocidentais (1621). Não é de estranhar, portanto, o interesse dos holandeses pelo Brasil, que levou à conquista da Baía em 1624 e de Pernambuco em 1630. Um pouco mais tarde, os Ingleses apoderaram-se também da Ilha da Jamaica.

A tirania do governo do duque de Olivares foi, sem dúvida, uma das causas das revoltas na Catalunha e em Portugal. O descontentamento dos portugueses tinha levado já o duque a colocar à frente do governo de Portugal a duquesa de Mântua, sendo secretário desta Miguel de Vasconcelos. Contudo a um de dezembro de 1640 estalou a revolta em Lisboa, tendo rapidamente alastrado à província. A 15 do mesmo mês de dezembro foi coroado D. João como rei de Portugal.

Dinastia de Bragança:

D. João IV

“O Restaurador”



Figura 22 D. João IV

Monarca português, nasceu em Vila Viçosa a 19 de março de 1604 e a partir de 29 de outubro de 1630 tornou-se o 8.º duque de Bragança. Casou com D. Luísa de Gusmão, espanhola de nascimento, a 12 de janeiro de 1633. Foi escolhido pelos obreiros da Restauração para rei de Portugal. 1 de dezembro de 1640 foi a data da restauração da independência de Portugal face ao reino de Espanha. Terminava assim a dinastia filipina, que durante 60 anos governara Portugal. D. João IV foi aclamado rei a 15 de dezembro.

Pese embora a conjura de 1641 contra o novo rei, da qual resultou uma severa punição para os seus responsáveis, D. João IV teve o apoio da grande maioria da sociedade portuguesa, o que lhe permitiu criar novos impostos, desvalorizar a moeda e recrutar voluntários para fazer face às necessidades monetárias e humanas de um confronto militar que se adivinhava próximo com a vizinha Espanha.

Em 1641 verificaram-se os primeiros confrontos, saldando-se por uma vitória do exército português na Batalha do Montijo e uma tentativa fracassada dos espanhóis no cerco de Elvas. A Espanha estava fortemente mergulhada na Guerra dos Trinta Anos, pelo que foi preciso esperar pelo fim da guerra entre franceses e espanhóis, que só se verificou em 1659, para que os espanhóis pudessem concentrar todas as suas atenções na anulação da Restauração portuguesa.

Durante este período, D. João IV, com o objetivo de legitimar a revolução e obter auxílio militar e financeiro, enviou embaixadores para as principais Cortes europeias.

D. Afonso VI

“O Vitorioso”



Figura 23 D. Afonso VI

Filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, nasceu a 21 de agosto de 1643. Por morte prematura de D. Teodósio, seu irmão mais velho, tornou-se herdeiro do trono. Em 1656, uma vez que D. Afonso apenas tinha treze anos, D. Luísa de Gusmão assumiu a regência do reino.

Em consequência de doença em criança, D. Afonso VI sofria de diminuições físicas e mentais. Tinha um comportamento estranho para a sua condição de rei; envolvia-se em cenas de rua e rodeava-se de más companhias, companhias essas que, por vezes, levava para a Corte e que sobre ele exerciam forte domínio e influência. Veio a ser considerado, pelos médicos, mentecapto e impotente.

A regente, perante a incapacidade governativa do monarca, convocou um Conselho de Estado, no qual afastou Afonso VI e fez jurar D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, como herdeiro do trono. Mas esta tentativa não resultou, uma vez que Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, em nome de D. Afonso VI, preparou o afastamento forçado da regente para um convento. Foi neste período que se conseguiu a vitória na guerra com a Espanha, o que valeu ao rei o cognome de "o Vitorioso".

A 27 de junho de 1666, depois de várias tentativas de casamento falhadas, casou por procuração com D. Maria Francisca Isabel de Saboia. A nova rainha ligou-se ao partido de D. Pedro e afastou o conde da corte. A 23 de novembro de 1667, D. Afonso VI abdicou do poder em favor do irmão. A 24 de março de 1668, o seu casamento foi anulado e o rei desterrado para Angra do Heroísmo. Em 1674, regressou ao Reino e foi fechado no Palácio de Sintra, onde faleceu a 12 de agosto de 1683.

D. Pedro II

“O Pacífico”

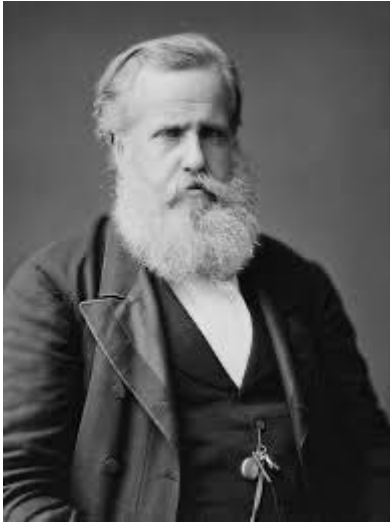


Figura 24 D. Pedro II

Rei de Portugal entre 1683 e 1706, filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, nasceu a 26 de abril de 1648. Em 1662, chegou a ser declarado herdeiro do trono pela regente

D. Luísa de Gusmão, mas o conde de Castelo Melhor contrariou essa iniciativa ao afastar a regente para sempre da vida política. Porém, em 1667, a rainha D. Maria Francisca Isabel afastou o conde da corte e aderiu ao partido de D. Pedro. Através de golpe palaciano, D. Pedro conseguiu obrigar o irmão a abdicar do poder em seu nome. Nas Cortes iniciadas a 27 de janeiro de 1668 foi nomeado regente do Reino. A 27 de março do mesmo ano, o casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca foi anulado por bula papal e D. Pedro casou com a cunhada. Nesse mesmo ano, assinou a paz com a Espanha, o que lhe valeu o cognome de "o Pacífico". Só foi aclamado rei depois da morte de Afonso VI, em 1683.

D. Maria Francisca morreu em 1683, tendo deixado apenas uma filha, pelo que D. Pedro resolveu casar, em 1687, com D. Maria Sofia de Neuburgo. De entre os seus ministros, destacou-se o conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, vedor da fazenda e responsável por significativo impulso verificado na indústria portuguesa. D. Pedro envolveu-se militarmente na Guerra da Sucessão de Espanha e foi durante a sua governação que foi assinado o Tratado de Methuen, tratado comercial entre Portugal e a Inglaterra. Faleceu a 9 de dezembro de 1706.

D. João V

“O Magnânimo”



Figura 25 D. João V

Monarca português, vigésimo quarto rei de Portugal, o seu reinado, que durou de 1707 até à sua morte em 1750, foi um dos mais longos da História portuguesa. Nasceu a 22 de outubro de 1689, filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburgo, e foi aclamado rei a 1 de janeiro de 1707. Casou a 9 de julho de 1708 com D. Maria Ana da Áustria, irmã do imperador austríaco Carlos III.

D. João V seguiu uma política de neutralidade em relação aos conflitos europeus mas empenhou-se fortemente na defesa dos interesses portugueses no comércio ultramarino, de que foi exemplo o Tratado de Utreque (1714), em que a França e a Espanha reconheceram a soberania portuguesa sobre o Brasil. Esta neutralidade foi possível devido à riqueza do reino proveniente da exploração das minas de ouro brasileiras.

D. João V pretendeu, à semelhança dos outros monarcas europeus, imitar Luís XIV. Defensor do absolutismo, não reuniu as Cortes uma única vez durante o seu reinado. Teve como principal ministro e homem de confiança o cardeal da Mota.

Devido às grandes obras que promoveu no campo da arte, da literatura e da ciência, ficou conhecido por "o Magnânimo". Na cultura merecem referência especial a Real Academia Portuguesa de História, fundada em 1722, e a introdução da ópera italiana, em 1731. D. João V desenvolveu ainda as artes menores (talha, azulejo e ourivesaria) e as artes maiores através de vários pintores e escultores que se deslocaram de Itália para trabalhar em Lisboa e Mafra.

D. José I

“O Reformador”



Figura 26 D. José I

Monarca português, vigésimo quinto rei de Portugal, filho de D. João V e de D. Maria Ana de Áustria, D. José nasceu a 6 de junho de 1714 e faleceu a 24 de fevereiro de 1777. Casou com D. Mariana Vitória de Bourbon, filha de Filipe V. O seu reinado, situado entre os anos de 1750 e 1777, foi marcado pela crise económica resultante da concorrência das potências coloniais e sobretudo da redução da exploração do ouro brasileiro.

D. José seguiu a política de D. João V no tocante à neutralidade face aos conflitos europeus e de que é exemplo, apesar da forte pressão da França e da Inglaterra, a não participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Reforçou o absolutismo monárquico através de medidas radicais contra aqueles que se opunham ao reforço do poder régio: expulsou e confiscou os bens dos Jesuítas e mandou prender alguns fidalgos, entre os quais os Távoras, acusados de tentativa de assassinato do rei. Foi seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

O seu reinado foi também marcado pelo terramoto de 1755, que destruiu a baixa de Lisboa. A ele se deve a reconstrução daquela parte da capital segundo um moderno traçado retilíneo da autoria dos arquitetos Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel. D. José foi um grande reformador: acabou com a escravatura em Portugal continental, concedeu liberdade aos índios do Brasil, acabou com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, e reformou o ensino, a administração e a economia.

D. Maria I

“A Piedosa”



Figura 27 D. Maria I

Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana, filha primogénita de D. José I e de D. Mariana Vitória de Áustria, nasceu em Lisboa a 17 de dezembro de 1734. Casou com o seu tio, D. Pedro, em 1760 e subiu ao trono português em 1777, vindo a reinar até ao ano de 1816.

No seu reinado verificou-se o retomar do comércio da rota do Cabo, dado que os ingleses estavam preocupados com a independência das colónias americanas e os franceses estavam envolvidos na revolução de 1789. D. Maria liberalizou a economia através da extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia de Pernambuco e Paraíba. Os seus fortes sentimentos religiosos valeram-lhe o cognome de "a Piedosa". Mandou libertar os presos políticos e afastou do governo o marquês de Pombal. Criou a Academia Real das Ciências de Lisboa e a Casa Pia de Lisboa, esta última destinada à educação de crianças órfãs e pobres. Mandou construir a Basílica da Estrela e o Teatro de S. Carlos, em Lisboa, e o Hospital de Santo António e o Teatro de S. João no Porto. Ordenou também intervenções importantes no Palácio de Queluz e outros edifícios.

A partir de 1799, devido ao facto de D. Maria sofrer de doença mental, o príncipe herdeiro D. João toma o título de regente. Em 1807, aquando das invasões francesas, D. Maria embarca, juntamente com toda a família real, para o Brasil, onde vem a falecer em 1816.

D. João VI

“O Clemente”



Figura 28 D. João VI

Peça estreada pela cooperativa de trabalhadores de espetáculos A Barraca, em abril de 1979.

Tem como objeto a biografia do rei D. João VI, evocada sobre o pano de fundo histórico e político português da última década de Setecentos, num país que sofrerá as consequências da rivalidade entre a França e a Inglaterra e numa época de transição entre o fim do absolutismo e emergência de ideais liberais.

O espectador acompanha a formação religiosa e política de D. João VI, o seu casamento com a infanta espanhola Carlota Joaquina, e a sua ascensão ao trono, depois de declarada a insanidade de D. Maria I. Manipulado por Pina Manique, autoriza, então, atos de repressão da liberdade individual e tenta debalde sustentar uma política externa de neutralidade, até que, com as invasões francesas, é obrigado a exilar-se no Brasil.

Retrato dramático e cómico de um rei cuja incapacidade governativa terá consequências devastadoras para si e para o país, na cena número 10 do segundo ato é o próprio D. João VI quem resume a sua história, a história de "um dos monarcas mais infelizes do meu tempo, já como Rei, e já como marido e pai; porque como Rei tive de pagar à França a neutralidade com que me iludiram, tanto cabedal e suor dos meus vassallos, sendo por fim obrigado a fugir para o Brasil, a que se seguiu testemunhar umas poucas de Revoluções no meu Reinado; como marido, porque nunca a minha esposa se aproximou de mim, que não fosse para me afligir; e como... pai, porque enquanto um dos meus filhos se levantou contra mim, e me tirou a parte mais importante da monarquia, o outro não só me chegou já a prender no meu próprio paço, mas até acaba de me obrigar a recorrer à proteção e asilo [...] de uma Nação aliada e amiga".

D. Pedro I

“Imperador do Brasil”



Figura 29 D. Pedro I

Cognominado "o Justiceiro", foi o oitavo rei de Portugal. Quarto filho de D. Afonso IV e de D. Beatriz de Castela, nasceu em Coimbra, a 8 de abril de 1320, e morreu em Estremoz a 18 de janeiro de 1367.

Casou por procuração, em 1336, com D. Constança Manuel, filha do fidalgo castelhano D. João Manuel e de D. Constança de Aragão. Contudo, a bênção nupcial apenas lhes foi dada em 1340, na Sé de Lisboa, depois de D. Afonso XI de Castela ter deixado D. Constança sair do reino. Com ela veio também para Portugal D. Inês de Castro, cuja ligação amorosa com o infante viria a provocar forte conflito entre ele e D. Afonso IV.

Após o assassinio de D. Inês de Castro, D. Pedro revoltou-se contra o seu pai, assolou diversas terras a norte do Douro e chegou mesmo a tentar tomar o Porto. O acordo de paz entre D. Pedro e seu pai foi firmado em Canaveses em agosto de 1355, tendo desde logo D. Afonso IV delegado em D. Pedro grande parte do poder.

Ficou o infante desde esta altura incumbido de, com certas reservas, exercer justiça em todo o reino. Esta transferência de poderes explica o facto de, ainda infante, ter D. Pedro promulgado o beneplácito régio. Este importante decreto proibia a divulgação no reino de quaisquer documentos pontifícios sem prévia autorização do rei. Esta medida provocou a reação do clero, que, nas cortes de Elvas de 1361, solicitou a revogação do decreto. No entanto, D. Pedro estabeleceu oficialmente o beneplácito régio, não para agravar as relações com a Igreja mas para marcar a força do Estado.

D. Miguel I

“O Tradicionalista”



Figura 30 D. Miguel I

Terceiro filho varão de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nasceu em Queluz, a 26 de outubro de 1802, e morreu em Brombach, a 14 de novembro de 1866. Vigésimo nono rei de Portugal (1828-1834), ficou conhecido pelos cognomes *o Usurpador* e *o Absolutista*. Na sequência da primeira invasão francesa, embarcou, em 1807, com a família real para o Brasil, de onde regressou acompanhado dos pais em 1821, tendo ficado o seu irmão D. Pedro a governar o Brasil. Durante a sua estada no Brasil deram-se em Portugal acontecimentos que viriam a condicionar a sua ação, como a Conspiração de 1817 e, sobretudo, a Revolução liberal de 1820. Regressou a Lisboa a 3 de julho de 1821, quando o liberalismo dava os seus primeiros passos no nosso país, facto que provocou em D. Carlota Joaquina uma forte reação, apoiando a rainha os adversários do regime nascido em 1820. Depressa o infante assume a chefia dos partidários do antigo regime, aglutinados em volta de sua mãe. Assim, esteve à frente dos movimentos contrarrevolucionários da Vila-Francada (1823) e da Abrilada (1824).

A Vila-Francada conduziria à dissolução das Cortes liberais e ao fim da vigência da Constituição de 1822, acabando por redundar numa vitória política que elevaria D. Miguel a comandante-chefe do exército português. A Abrilada só não teve sucesso mercê da intervenção de diplomatas estrangeiros acreditados em Lisboa. Após o golpe, D. João VI demite o filho do alto cargo que ocupava desde a Vila-Francada e D. Miguel deixa o país, fixando-se em Viena de Áustria, onde permaneceria por quatro anos. Aquando da morte de D. João VI, em 10 de março de 1826, D. Miguel escreve para o Brasil, afirmando aceitar D. Isabel Maria como regente do reino e seu irmão como legítimo herdeiro do trono.

D. Maria II

“A Educadora”



Figura 31 D. Maria II

Monarca portuguesa, filha de D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil e de sua primeira mulher, D. Leopoldina de Áustria, nasceu no Rio de Janeiro em 4 de abril de 1819 e morreu em Lisboa, em 15 de novembro de 1853, vítima do seu décimo primeiro parto. Segunda rainha reinante de Portugal e trigésimo monarca português (1834-1853), ficou conhecida pelo cognome de "a Educadora".

Contava dois anos quando o Brasil se tornou independente e seu pai, D. Pedro, foi proclamado imperador do Brasil. Quando, em 1826, D. João VI morreu, D. Pedro, legítimo herdeiro do trono português, sendo imperador do Brasil, abdicaria da Coroa a favor de D. Maria, após outorgar a Portugal a Carta Constitucional, sendo a primeira de duas condições o casamento dela com o seu tio D. Miguel.

D. Maria da Glória contava então sete anos. Porém, D. Miguel, apesar de jurar a Carta Constitucional (a segunda condição posta por D. Pedro para abdicar do trono) e de celebrar os sponsais com a sobrinha, quando regressa ao reino, em 1828, acaba por fazer-se aclamar rei absoluto, pelo que o casamento nunca chegaria a realizar-se.

D. Pedro V

“O Esperançoso”



Figura 32 D. Pedro V

Filho primogénito de D. Maria II e de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota, nasceu em Lisboa em 16 de setembro de 1837 e aí também morreu em 11 de novembro de 1861, contando pouco mais de vinte e quatro anos. Trigésimo primeiro rei de Portugal, ficou conhecido pelo cognome de "o Esperançoso". Sucede ao trono de Portugal, pelo falecimento de sua mãe, que morre com apenas 34 anos de idade, em 15 de novembro de 1853. D. Fernando II governa o reino na qualidade de regente durante a menoridade de D. Pedro V. D. Pedro aproveita os dois anos da regência de seu pai para viajar pela Europa com o seu irmão D. Luís, visitando, entre outros países, a Inglaterra, a Bélgica, a Alemanha e a Áustria.

Em 16 de setembro de 1855, ao completar 18 anos, é aclamado rei e presta juramento perante as Cortes Gerais, dedicando-se desde logo com total devoção aos negócios públicos. Casou em 29 de abril de 1858 com D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen, que viria a morrer em julho de 1859.

Quando D. Pedro inicia o seu reinado, governava ainda o ministério de Saldanha saído da Regeneração de 1851. Sobressai neste ministério Fontes Pereira de Melo, titular da pasta das Obras Públicas, famoso pelo impulso que deu aos caminhos de ferro em Portugal.

D. Luís I

“O Popular”



Figura 33 D.Luís I

Segundo filho da rainha D. Maria II e de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota, nasceu em Lisboa em 31 de outubro de 1838 e morreu em Cascais em 19 de outubro de 1889. Trigésimo segundo rei de Portugal (1861-1889), ficou conhecido pelo cognome de "o Popular".

Assume o trono a 14 de outubro de 1861, por morte de seu irmão D. Pedro V. No dia seguinte, ratifica o juramento feito perante as cortes e é aclamado a 22 de

dezembro.

Casou em 27 de setembro de 1862 com D. Maria Pia de Saboia, filha de Vítor Manuel, rei do Piemonte e da Sardenha. Foi um homem de profunda instrução e cultura, sendo disso exemplos as suas traduções de Shakespeare. Personalidade de grande bonomia e tolerância, D. Luís consegue transformar os seus vinte e oito anos de reinado num período de certa acalmia política, não alcançando evitar, no entanto, algumas perturbações. Em 1862 houve em Braga um levantamento de tropas contra o aumento de impostos. eclodiu, no fim de janeiro de 1867 e em janeiro de 1868, o movimento conhecido pela Janeirinha no Norte do reino, que também teve como causa razões de ordem tributária e fez cair o Ministério de Joaquim António de Aguiar. Maior gravidade teve o incidente provocado pelo marechal duque de Saldanha em maio de 1870, na altura ministro de Portugal em Paris. Em 1869, encontrando-se em Lisboa, o marechal propôs ao rei a sua nomeação para comandante-chefe do exército. O Ministério recusou e ordenou a Saldanha que ocupasse o seu posto de ministro, determinação a que este não obedeceu, respondendo com uma carta, que publicou e cujo tom vaticinava o pronunciamento que, na noite de 18 para 19 de maio de 1870, ia fazer junto do rei, a quem impõe a demissão do Governo, em nome das tropas que o apoiavam. D. Luís obedece e Saldanha preside ao novo Ministério. D. Luís, perante tudo isto, manteve sempre uma posição de moderador sereno.

D. Carlos I

“O Martirizado”



Figura 34 D.Carlos I

Monarca português, filho de D. Luís e de D. Maria Pia de Saboia, nasceu em Lisboa a 28 de setembro de 1863. Aí também morreu assassinado no dia 1 de fevereiro de 1908. Trigésimo terceiro rei de Portugal (1889-1908), ficou conhecido pelos cognomes de *o Martirizado* e *o Diplomata*. Casou em 1886 com D. Amélia de Orléans, princesa de França, filha dos condes de Paris, de cujo enlace nasceram D. Luís Filipe e D. Manuel. O seu reinado ficou marcado por eventos que fomentariam o espírito republicano e o descrédito crescente do regime monárquico.

O primeiro destes eventos aconteceria logo em 1890: o ultimato inglês, motivado pelo "Mapa cor-de-rosa" (1886) que punha em causa as pretensões do imperialismo britânico, nomeadamente o ensejo de ligar o Cabo ao Cairo. Portugal foi obrigado a abandonar os territórios africanos em questão, o que constituiu uma humilhante derrota para a diplomacia portuguesa e para o País. Este facto provocou uma explosão de sentimentos antibritânicos um pouco por todo o reino e em todos os quadrantes políticos. Este ambiente é aproveitado pelos republicanos que, após este incidente diplomático, reagem com maior veemência do que nunca. No Porto, estala uma revolta que acabaria por fracassar mas que proclamaria a República pela primeira vez na História portuguesa (o 31 de janeiro de 1891).

O rotativismo entre os Partidos Progressista e Regenerador entrara em descrédito, aumentando de eleição para eleição o número de representantes republicanos.

D. Manuel II

“O Rei Saudade”



Figura 35 D. Manuel II

Segundo filho do rei D. Carlos e de D. Amélia de Orleães, nasceu em Lisboa, em 19 de março de 1889, e morreu em Twickenham, Inglaterra, em 2 de julho de 1932. Trigésimo quarto e último rei de Portugal (1908-1910), ficou conhecido pelo cognome de "o Desventuroso". Casou em setembro de 1913 com a sua prima D. Vitória Augusta de Hohenzollern-Sigmaringen, não tendo deixado descendência.

Reunido o Conselho de Estado após o Regicídio que vitimou seu pai e seu irmão mais velho, a ele compareceu D. Manuel, constituindo-se um "ministério de acalmação", de concentração partidária, com exceção de João Franco e seus adeptos. Soltaram-se os presos políticos e revogaram-se alguns decretos da ditadura franquista. Mas a propaganda republicana recomeçara.

D. Manuel, porém, iniciou uma viagem pelo reino e, por onde passava, era sempre bem recebido. No seu reinado teve de enfrentar duas graves questões: a questão Hinton e a do Crédito Predial. No primeiro caso, um grande industrial inglês, residente na Madeira, reclama uma indemnização do Estado Português em virtude de uma suposta revogação do monopólio do açúcar, a qual, em virtude da pressão diplomática da Inglaterra, viria a ser concedida. A questão do Crédito Predial deve-se a um desfalque naquela instituição por negligência de importantes figuras do regime.

Em agosto de 1910, realizam-se eleições, em resultado das quais o Partido Republicano duplica o seu número de deputados no Parlamento. A 3 de outubro rebenta uma insurreição republicana em Lisboa que viria a triunfar no dia 5 de outubro.

Webgrafia:

[Cronologia dos Reis de Portugal](#)

[D. Afonso Henriques](#)

[Biografias](#)

[Biografias Infopedia](#)